

ARRANJOS FAMILIARES: O ESFORÇO COLETIVO PARA VIVER NA GRANDE SÃO PAULO*

LÍLIA MONTALI
da Fundação SEADE

RESUMO

Através da abordagem do ciclo vital familiar, é possível identificar os arranjos pelos quais os residentes em domicílios da Região Metropolitana da Grande São Paulo sobreviveram no começo dos anos 80, conjuntura marcada pela recessão e início da crise econômica. A partir de dados colhidos pelo DIEESE (Depto. Inter-sindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos), e tomando como padrão de renda o Salário Mínimo Necessário construído pelo mesmo DIEESE, a presente análise mostra os arranjos articulados pelos diversos tipos de famílias — em diferentes momentos de seu ciclo de vida — que se revelaram mais, ou menos, favoráveis para situá-las acima ou abaixo de condições de precariedade de vida.

ABSTRACT

By using the family life cycle approach, it was possible to identify the arrangements through which household units of Great São Paulo have survived in the beginning of the '80s, in a context of recession and economic crisis. Based on data collected by DIEESE (an inter-union agency of socio-economic studies) in 1981, this article shows how different kinds of families — in different moments of their life cycle — have, or have not managed to locate themselves above poverty or scarcity levels of living conditions.

* Esse artigo foi extraído do capítulo "Arranjos familiares e rendimentos" (Montali, 1986). Reflete momento de um projeto em andamento para fins de doutorado, financiado pela ABEP/FORD, com base em dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos — DIEESE.

Na busca por respostas para a indagação de como têm sobrevivido os trabalhadores na Região Metropolitana de São Paulo no começo dos anos 80, conjuntura marcada pela recessão e início da crise econômica que se abateu sobre o país a partir de 1981, a abordagem dos arranjos familiares possíveis de articular nos diferentes momentos do desenvolvimento das famílias mostrou-se um guia seguro e enriquecedor das análises. É especialmente dessa abordagem, e de alguns dos resultados obtidos com sua utilização, que trataremos aqui.

O ciclo de desenvolvimento das famílias, ou, o ciclo vital das famílias, enquanto abordagem, tem sido utilizado em muitos estudos na Sociologia, Antropologia, Psicologia Social e Demografia, sob distintos referenciais teóricos e utilizando indicadores específicos, adequados às questões que se propõem a explicar¹. Oferece como possibilidades, além de incorporar a dimensão temporal, a de estabelecer elos entre a dinâmica interna da família e o contexto social. "O conceito de ciclo de vida [corresponde] a uma visão dinâmica da evolução da família através de uma sequência de fases ou "estágios" que correspondem a mudanças significativas em sua composição e dinâmica internas..." (Santini, 1977, apud Oliveira, M.C., 1982). Desse modo, o conceito de ciclo vital aparece como aquele que permite apreender a família no tempo ou a dimensão temporal da família. Mais do que isso, para alguns autores o conceito de ciclo vital constitui "um instrumento extremamente valioso do ponto de vista das conexões entre o tempo biológico, ou individual e o tempo histórico ou social" (Oliveira, M.C., 1982).

Este estudo encontrou, nas famílias da Grande São Paulo, uma relação clara entre os arranjos familiares possíveis de articular em cada momento do ciclo de vida familiar, para o enfrentamento das condições objetivas de existência, e as possibilidades e dificuldades que estes delineiam para a obtenção de rendimentos suficientes. Entretanto, algumas considerações devem ser feitas em relação a esse resultado. Em primeiro lugar, não se considera o momento do ciclo vital como determinante das condições de vida; pelo contrário, essa abordagem utilizada, enquanto recurso metodológico para o estudo das condições das famílias em relação à pobreza e não pobreza (Montali, 1986; no prelo), revelou relações importantes e também situações heterogêneas em cada momento do ciclo de desenvolvimento das famílias. Como se verá, no conjunto de famílias identificadas num mesmo momento do ciclo, existem variações de patamares de renda indicando situações bastante distintas. Em segundo lugar, temos por hipótese que existem especificidades nos arranjos familiares possíveis nos diferentes momentos do desenvolvimento das famílias relacionadas à condição de classe por elas vivenciada.

É importante ressaltar, ainda, que os arranjos familiares percebidos como possíveis em cada momento do ciclo de vida familiar aqui identificados e que possibilitam o acesso a determinados níveis de rendimento incorporam dimensões múltiplas além das características demográficas da composição familiar. Por um lado, esses arranjos expressam também a dimensão simbólica, na medida em que neles estão inscritos os papéis socialmente atribuídos às diversas figuras da família, delineando a partir do núcleo doméstico o horizonte das escolhas percebidas como possíveis e, assim, condicionando a disponibilidade de sua força de trabalho para o mercado. Sem dúvida, a dimensão

simbólica dos papéis familiares, bem como as que revessem as diversas condições de sexo e idade dos componentes da família também se refletem, a partir do mercado de trabalho, nas possibilidades de absorção que este oferece para essa força de trabalho diferenciada, especialmente no caso dos profissionalmente menos qualificados. Por outro lado, as possibilidades de obter patamares distintos de rendimentos e de escapar à condição de pobreza estão diretamente relacionadas às possibilidades concretas de absorção dos diversos membros da família pelo mercado de trabalho e, também, condicionadas às maneiras como essa inserção se dá em termos de seu vínculo formal, qualificação e salário. Ainda, o momento da organização das forças produtivas, bem como os fatores conjunturais, que restringem ou ampliam as possibilidades de emprego e de outros expedientes para ganhar a vida, são condicionantes que interferem nesse horizonte de possibilidades.

Deve-se acrescentar, ainda, que a abordagem adotada, ao incorporar dimensões múltiplas, coloca em outros termos a discussão sobre a inserção da força de trabalho no mercado².

MOMENTOS DO CICLO DE VIDA FAMILIAR: OS ARRANJOS POSSÍVEIS

Na reprodução social dos trabalhadores a família é uma dimensão importante na organização do cotidiano, como polarizadora de grande parte da sociabilidade, bem como uma forma de enfrentamento das condições adversas de existência. É na unidade familiar, onde o consumo se collectiviza, que grande parcela dos trabalhadores com remuneração insuficiente consegue, através da combinação dos rendimentos e do trabalho de várias pessoas, fazer frente às condições materiais de existência precárias. Por outro lado, é através da vida familiar que a condição de classe é concretamente vivida, persistindo assim "os nexos" entre "a vida familiar" e o "modo de inserção de grupos de indivíduos no processo produtivo" (Macedo, 1985)³.

Os estudos recentes que retomam a família como uma dimensão importante na reprodução social dos trabalhadores "apontam..., invariavelmente, para a importância da família como núcleo articulador das práticas e representações que informam sua estratégia global de sobrevivência" (Oliveira, J.S., 1984).

Ao estudar as condições de vida na Grande São Paulo no contexto recessivo do ano de 1981, constatou-se que, dentre os ocupados, 70% não recebiam por seu trabalho remuneração suficiente para adquirir os bens e serviços necessários à sobrevivência familiar (CEDEC e DIEESE,

- 1 Sistematização da abordagem do ciclo vital como perspectiva de análise pode ser encontrada em Oliveira, M.C., (1982). Dentre outros estudos, no Brasil, que se utilizam do ciclo vital da família como recurso para análise, ainda que de maneiras distintas entre si, devem ser mencionados Pastore et al. (1983); Bilac (1983); Oliveira, J.S. (1984); Bruschini (1986).
- 2 Ver, dentre outros estudos que abordam a força de trabalho levando em conta as características de inserção na família: Hirata e Humphrey (1984; 1987); Bilac (1983); Telles (1986); Lobo (1989); Bruschini e Madeira (1983).
- 3 Alguns estudos que recolocam a família nas discussões atuais, enquanto dimensão importante na reprodução social, devem ser mencionados: Durham (1980); Bilac (1983); Lopes e Silva (1979); Oliveira, J.S. (1980); Silva (1984); Lopes (1987).

1986)⁴, indicando a necessidade da participação dos rendimentos de mais pessoas⁵. Por outro lado, reforçando essa informação, 52% dentre os chefes de família ganhavam abaixo desse mínimo, sugerindo que em praticamente metade das famílias dessa região a sobrevivência cotidiana dependia também do trabalho de outros componentes, ou seja, a mulher e os filhos, dado o caráter nuclear da quase totalidade das famílias dessa região metropolitana. Mesmo contando com a participação de mais pessoas, em média duas por família, verificou-se que, naquele momento, cerca de 35% das famílias na Grande São Paulo apresentavam rendimentos per capita insuficientes.

Não se poderia, portanto, deixar de ter como suposto que o enfrentamento das condições objetivas de existência articula um esforço coletivo ao nível da família. Tomamos como ponto de partida os arranjos internos à família para obter os meios necessários para a vida, entendidos enquanto formas de enfrentamento das condições de existência e que contêm a possibilidade de alterá-las (Bilac e Montali, 1984). Nesses arranjos se estabelece, ainda que não de maneira explícita ou intencional e permeada pela vivência da condição de classe e dos papéis familiares culturalmente estabelecidos e redefinidos por essa experiência, quem e quando participa das atividades de produção de valores de uso e da produção no mercado. Assim concebidos, os arranjos familiares percebidos como possíveis não respondem diretamente aos imperativos da sobrevivência e nem tampouco podem ser explicados de forma direta e imediata pela lógica da acumulação do capital, que preside às condições de reprodução da força de trabalho. Essas práticas, que se concretizam na maneira como são enfrentadas as condições de existência, expressam a "construção de um modo de vida" feito "de práticas e representações através das quais os trabalhadores lidam com essas condições..." (Telles, 1986b).

Nossa análise privilegia a abordagem das famílias via momentos do ciclo de vida familiar, entendendo-os enquanto diferentes etapas do desenvolvimento da família, quais sejam: a constituição, a maturação e a velhice, que procuramos caracterizar através de uma tipologia de família.

Os momentos da trajetória familiar configuram situações que cristalizam possibilidades diversas e arranjos familiares e incorporam de diferentes maneiras crianças, jovens, velhos, homens e mulheres. Assim, os diferentes momentos da trajetória de vida da família articulam nos núcleos domésticos composição familiar distinta e situações individuais heterogêneas, tanto no que se refere a seus lugares na família, como no enfrentamento de barreiras de natureza objetiva e simbólica para inserção no mercado de trabalho, dentre outras especificidades.

A partir da articulação dessas situações individuais heterogêneas, concretizam-se, em cada um desses momentos, distintos arranjos familiares de inserção no mercado de trabalho e outros expedientes na reprodução cotidiana. Daí resultam níveis de rendimentos distintos e momentos da vida familiar em que são maiores, ou menores, as facilidades de lidar com as condições concretas de existência e maior, ou menor, o êxito no enfrentamento da instabilidade e na luta por superar a condição de pobreza.

Por outro lado, além dos arranjos familiares possíveis, com certeza predominarão em cada momento do ciclo de vida familiar, também diferenciados pela condição de

classe vivenciada, projetos de vida específicos, resultando em práticas diversas no enfrentamento das condições objetivas.

A tipologia de família construída, enquanto aproximação dos momentos do ciclo de vida familiar, permitiu apreender a heterogeneidade das situações familiares nas quais esse esforço se realiza e, também, conhecer de forma articulada a disponibilidade da força de trabalho em cada um desses momentos, as condições de inserção da mesma no mercado de trabalho e as possibilidades mais, ou menos, favoráveis para superar a condição de pobreza, como será explicitado mais adiante.

Na construção da tipologia de família o critério básico foi o da idade do casal e a presença ou não de filhos residentes, na medida em que os dados disponíveis não informam sobre os filhos não residentes. Tomamos as idades combinadas do casal central (chefe e cônjuge), ou então, no caso da não existência deste, a idade do chefe masculino ou feminino sem cônjuge. Dessa forma, através do chefe e cônjuge jovens, com até 34 anos, procuramos identificar o momento mais próximo da "constituição" da família, aqui incluindo o casal jovem com filhos ou sem filhos, ainda que ambos sejam analisados de forma individualizada. Os casais entre 35 e 49 anos indicariam o momento intermediário, de "maturação" da família, estando presentes filhos menores e alguns maiores de 14 anos, ou seja, praticamente todos os filhos do casal – considerando-se que, em termos dos padrões vigentes, a etapa reprodutiva estaria encerrada, ou se encerrando nessa faixa etária das mulheres, e que é menor a proporção de saída dos filhos da casa paterna. Os casais de 50 anos ou mais traduziriam o momento mais próximo da "velhice" da família, quando os filhos se tornam adultos e parte deles sai da casa paterna, aproximando-se da etapa denominada "dispersão" pelos estudos sobre ciclos vitais das famílias.

Esse critério de idade do casal contém, além das indicações sobre os momentos do ciclo de vida familiar, também a distinta disponibilidade da força de trabalho familiar, que corresponderia a cada um destes momentos. Dessa maneira, o suposto era que nos momentos iniciais da vida familiar, representados pelos casais jovens, o encargo de manutenção da casa recairia sobre os membros adultos – o casal ou sobre um deles – na medida em que esta etapa é marcada pelo nascimento dos filhos, sendo portanto, quase todos menores de 14 anos, e a maioria das famílias é nuclear. Outro aspecto dessa faixa de idade do casal, que abrange o trabalhador jovem, são as maiores possibilidades que estes encontram de serem absorvidos pelo mercado de trabalho. No momento seguinte, quando os membros do casal têm de 35 a 49 anos, o encargo de manutenção da família pode ser dividido entre os adultos do casal e os filhos que, em parte, têm idade acima de 14 anos e começam a encontrar maiores facilidades de entrada no mercado de trabalho. Nesta faixa de idade já começa a se fazer sentir, para o casal, certa dificuldade na absorção de sua força de trabalho pelo mercado, especialmente no caso da mão-de-obra não qualificada, onde o que conta é principalmente o vigor físico. Por outro lado, nestas idades

4 Esse estudo analisou dados coletados em 1981 (DIEESE, 1981).

5 A indicação dos critérios utilizados para identificar condições de pobreza, precariedade e não pobreza é apresentada no item seguinte.

os trabalhadores acumulam maior experiência profissional, o que propicia, para aqueles com maior qualificação, níveis de remuneração mais elevados. Para o último momento do ciclo familiar, quando o casal teria 50 anos e mais, o suposto era que nesta etapa residiriam no domicílio o casal mais velho só ou com filhos que ainda não deixaram a casa, estando quase todos com mais de 14 anos. Neste caso o encargo de manutenção da casa poderia ser também dividido entre os elementos do casal e com os filhos ainda residentes. Com mais de 50 anos é marcante a saída do mercado de trabalho ou por aposentadoria ou por expulsão, quando os trabalhadores mais velhos deixam de ser absorvidos e são substituídos pelos mais jovens.

Os tipos de família a que se chegou através dos dados empíricos, identificados pela idade do casal e composição familiar, são os seguintes: casal sem filhos, casal com até 34 anos com filhos residentes, casal de 35 a 49 anos com filhos residentes, casal com mais de 50 anos com filhos residentes, chefe feminino sem cônjuge e chefe masculino sem cônjuge⁶. As proporções desses tipos de família, bem como algumas de suas características são apresentadas na Tabela 1. Ainda que não se possam desagregar os casais sem filhos para cruzamentos mais detalhados em decorrência de seu pequeno percentual (13,4%) na amostra, identificamos como momentos distintos do ciclo de vida familiar: o casal de até 34 anos sem filhos (4,3%), como o momento inicial da "constituição", e o casal com mais de 50 anos, sem filhos residentes (6,5%), como a etapa da "velhice" em que os filhos já se retiraram da casa paterna.

As especificidades na composição familiar, tamanho médio e razão de dependência evidenciam-se com a utilização da tipologia construída. Os casais sem filhos apresentam famílias formadas predominantemente pelo casal (88% dos componentes) e relativamente pequena presença de parentes (10,7%) e não parentes (1,5%). Seu tamanho médio, 2,3 pessoas por família, e a razão de dependência de 2,1, indicam que em média trabalha uma pessoa por família. As famílias constituídas por casais e filhos residindo no mesmo domicílio, com menor presença de parentes e

não parentes do que as demais (menos de 10% dos componentes), constituem a composição familiar predominante na Grande São Paulo, assim se configurando cerca de 68% das famílias. Elas se diferenciam, entretanto, quando considerado o momento do ciclo de vida familiar que representam. Nas famílias com chefia feminina, sem a presença de cônjuge, predominam os filhos (45% dos componentes) e a mulher-mãe (31%), apresentando como característica uma relativamente elevada proporção de parentes (21%) e não parentes (3%). Seu tamanho médio é de 3,2 pessoas e a razão de dependência indica que cada pessoa ocupada mantém 2,2 pessoas em média, ou seja, ela mesma e mais 1,2 pessoas. A família do chefe masculino sem cônjuge apresenta tamanho semelhante àquela com chefia feminina, embora sua composição seja bastante distinta. Os parentes e não parentes compõem cerca de 55% deste tipo de família, os filhos 13% e os chefes 32%, sugerindo uma configuração específica, que demandaria um estudo mais detalhado, porém praticamente inviabilizado através do material disponível, por sua pequena proporção na amostra (6%).

As especificidades das famílias dos casais com filhos residentes explicitam-se ao mesmo tempo que os diferentes momentos do ciclo de vida familiar.

As famílias dos casais jovens, que caracterizam o momento de constituição da família, além de seu caráter nuclear, identificam-se por apresentar a mais elevada proporção de filhos menores que 10 anos (84% dos filhos), tamanho maior que a média apresentada para a Grande São Paulo (4,5 pessoas) e a mais elevada razão de dependência (3,5), indicando que cada ocupado deve manter mais de 2,5 pessoas além de si próprio. Esse momento da

6 Para fins de análise mais detalhada, apenas as famílias de casais com filhos foram subdivididas por idade do casal; estas são 68% das famílias da Grande São Paulo em 1981. As famílias de casais sem filhos e de chefes sem cônjuges não puderam ser subdivididas, em decorrência de suas pequenas proporções em relação à amostra.

TABELA 1
Distribuição das famílias por tipo e composição familiar; tamanho médio e razão de dependência segundo o tipo de família
RMSP* 1981

TIPO DE FAMÍLIA	% TAMANHO MÉDIO		RAZÃO DE DEPENDÊNCIA**	CASAL CENTRAL OU CHEFE SEM CÔNJUGE	COMPOSIÇÃO FAMILIAR (%)					TOTAL
					FILHOS RESIDENTES (SEGUNDO O GRUPO ETÁRIO)			PARENTES	NÃO PARENTES	
					TOTAL	- DE 10 ANOS	10 ANOS E +			
Casal sem filhos	13,4	2,3	2,1	87,8	—	—	—	10,7	1,5	100,0
Casal de até 34 anos com filhos residentes	24,7	4,5	3,5	44,7	51,3 (100,00)	(83,8)	(16,2)	3,8	0,2	100,0
Casal de 35 a 49 anos com filhos residentes	29,6	5,5	3,0	38,4	59,0 (100,00)	(28,0)	(72,0)	4,4	0,2	100,0
Casal de 50 anos e + com filhos residentes	12,3	4,7	2,0	42,9	47,4 (100,00)	(2,2)	(97,8)	9,2	0,5	100,0
Chefe fem. sem cônjuge	13,6	3,2	2,2	31,3	44,0 (100,00)	(15,4)	(84,6)	20,7	3,4	100,0
Chefe masc. sem cônjuge	6,3	3,1	1,8	32,1	12,6 (100,00)	(6,2)	(93,8)	47,0	8,3	100,0
TOTAL	100,0	4,3	2,5							

Fontes: DIEESE, 1981; CEDEC e DIEESE, 1986.

* Região Metropolitana da Grande São Paulo

** Razão de dependência: indica o número médio de componentes que cada pessoa ocupada mantém.

TABELA 2

Distribuição dos ocupados por posição na família
segundo o tipo de família
RMSP* 1981

TIPO DE FAMÍLIA	POSIÇÃO NA FAMÍLIA (%)									
	CHEFE	CÔNJUGE	FILHOS RESIDENTES (SEGUNDO O GRUPO ETÁRIO)				PARENTES E NÃO-PARENTES (SEGUNDO O GRUPO ETÁRIO)			
			TOTAL	10 A 14 ANOS	15 A 17 ANOS	18 ANOS E MAIS	TOTAL	10 A 14 ANOS	15 A 17 ANOS	18 ANOS E MAIS
Casal sem filhos	60,4	32,9	—	—	—	—	6,7	—	—	—
Casal de até 34 anos com filhos residentes	73,0	18,7	2,3	0,9	0,7	0,7	6,0	0,2	1,2	5,3
Casal de 35 a 49 anos com filhos residentes	40,5	15,1	41,1	2,0	12,0	7,1	3,3	—	0,4	2,9
Casal de 50 anos e + com filhos residentes	23,0	7,6	63,9	0,8	5,2	57,9	5,5	0,1	0,4	5,0
Chefe fem. sem cônjuge	30,3	—	40,2	0,4	8,1	31,7	21,5	0,7	0,5	20,3
Chefe masc. sem cônjuge	41,5	—	8,1	—	1,3	6,8	50,4	1,4	2,5	46,5

Fontes: DIEESE, 1981; CEDEC e DIEESE, 1986.

* Região Metropolitana da Grande São Paulo

constituição da família apresenta-se como um dos mais críticos para a sobrevivência familiar: na medida em que pouco mais da metade de seus componentes (57%) se encontra em idade ativa, definida enquanto maiores de 10 anos, e a mulher-mãe permanece nas funções domésticas, recai praticamente sobre o chefe a responsabilidade de manter a família (Tabela 2), apresentando-se 43% delas com rendimento *per capita* insuficiente (Gráfico 1). Famílias com estas características compõem 25% dos grupos familiares da Grande São Paulo e nelas vivem cerca de 25% da população da região.

O momento intermediário do ciclo de vida familiar, indicado pelo casal entre 35 e 49 anos com filhos, configura outra situação na qual as dificuldades para superar a precariedade se manifestam de maneira mais clara. Nesse momento, convivem com o casal praticamente todos os filhos: os menores de 10 anos, os jovens em torno dos 15 anos e os maiores de 18 anos. É a etapa em que a família atinge seu mais elevado número de componentes (5,5 pessoas em média por família) e apresenta também uma das mais elevadas razões de dependência, da ordem de 3 pessoas por ocupado, significando que este deve manter-se a si e a mais duas pessoas. Cerca de 30% das famílias da Região Metropolitana de São Paulo em 1981 compunham esse tipo de família.

É evidente, nestas famílias, em qualquer das faixas de renda familiar, o esforço coletivo de seus componentes para a conquista de melhores condições de vida (Tabela 2). Porém, apesar dos arranjos efetivados, são grandes as dificuldades para a superação do patamar de pauperismo, pois 39% delas apresentam renda *per capita* insuficiente (Gráfico 1). Neste momento da vida familiar são os filhos, tanto maiores como menores de 18 anos (representando 41% dos ocupados da família) que, junto com o chefe (40%), desempenham um papel decisivo na sobrevivência familiar (Tabela 2). A mulher-mãe permanece o maior tempo possível na função primordial do cuidado dos filhos e da casa, embora em algumas situações já divida com estes o

encargo doméstico e se ocupe em alguma atividade remunerada, na maioria das vezes porém, caracterizada por situações diversas de precariedade (ver Tabelas 7, 8 e 9 no final) ⁶. À medida que os filhos ficam mais velhos, é maior a participação destes em atividades remuneradas, o que coloca suas famílias em situações mais favoráveis de vida. A intensificação da participação no mercado, principalmente dos maiores de 18 anos, em sua maioria absorvida em atividades regulares – em contraste com os menores de 18 anos quase sempre em trabalho precário – é que vai permitir às famílias deste tipo, situadas nas faixas de renda inferiores, o atingimento de patamares que conduzem à superação da precária condição de vida.

As famílias com chefia feminina, sem a presença de cônjuge, configuram uma situação familiar específica, embora se aproximem, enquanto momento do ciclo de vida familiar, daquele indicado pelo casal de 35 a 49 anos com filhos. Este tipo de família chefiada por mulher, caracterizado também pelo esforço coletivo no enfrentamento das condições objetivas de existência, é um dos que apresentam maiores dificuldades para articular arranjos que possibilitem a superação da precariedade, estando cerca de 40% delas em condições de pobreza e quase a metade dentre estas em pobreza extrema (Gráfico 1).

Estas dificuldades, sem nenhuma dúvida, estão relacionadas à sua composição familiar – basicamente, a mulher-chefe e os filhos perfazendo 76% dos componentes – com presença importante de outros parentes, sendo de 3 pessoas em média. Nessa situação familiar, em que a mulher-chefe, na maior parte dos casos, tem mais de 35 anos, a maioria dos filhos são adolescentes ou jovens e os parentes são adolescentes ou adultos, as condições mais

6 A inserção em trabalho precário (subemprego e trabalho ocasional) dos componentes das famílias chega a 33% na faixa de renda familiar 1 e 27% na de renda familiar 2 (condição de pobreza). É ainda bastante elevada nas famílias que estão no limiar do pauperismo (faixa 3), da ordem de 23%, caindo para 12% nas famílias acima da condição de pobreza (faixa 4).

favoráveis de vida são encontradas naquelas em que se conseguiu articular arranjos familiares que incorporavam maior proporção de pessoas no mercado de trabalho e menor inserção em atividades precárias.

A grande maioria dos componentes (89%) dessas famílias de chefia feminina encontram-se em idades economicamente ativas e a elevada proporção destes, disponíveis para o mercado de trabalho (65%) quer como ocupados (50,5%) quer como desempregados (14,5%), já indica o esforço coletivo para a sobrevivência empreendida por esse tipo de família (Tabela 6). Tal esforço, dificultado pelo fato de as mulheres jovens encontrarem barreiras para a inserção regular no mercado de trabalho, revela-se tanto na elevada proporção de pessoas inseridas em trabalhos precários (19% em média, ver Tabela 7) como na proporção de desempregados (14,9% em média), a maior encontrada entre os diferentes tipos de família. Os filhos são o principal contingente das pessoas que buscam trabalho: tanto menores, como maiores de 18 anos, eles compõem 64% dos desempregados (Tabela 3). Mesmo levando em conta os efeitos da conjuntura recessiva da época em que os dados foram colhidos (1981) sobre o desemprego, este também deve ser interpretado como indicador da pressão sofrida pelos membros dessas famílias para procurar trabalho, requisito necessário para garantir a sobrevivência ou condições de vida menos precárias.

O momento do ciclo vital da família caracterizado pela velhice do casal tem, nas famílias dos casais de mais de 50 anos com filhos residentes, uma de suas configurações mais numerosas. Estas representam cerca de 12% das famílias na Grande São Paulo, enquanto aquelas dos casais velhos sem filhos residentes representam cerca de 6%.

As famílias dos casais velhos com filhos são relativamente grandes, com 4,7 pessoas em média, compostas basicamente pelo casal (43% dos componentes) e filhos (47%), com a presença de uns poucos parentes (9%), o que indica a existência, entre elas, de famílias ampliadas onde, além do casal e filhos, residem filhos casados e netos.

Nesse tipo de família, cada ocupado é em média responsável pela manutenção de mais uma pessoa além de si próprio, ou seja, a razão de dependência é de 2,0. Nestas famílias, como resultado de um processo cumulativo de bens no decorrer da existência do conjunto da unidade familiar, bem como da combinação dos rendimentos reduzidos pela aposentadoria e dos rendimentos do trabalho dos filhos adultos, configura-se um momento menos penoso de reprodução da existência. Entre estas famílias, 20% apresentam rendimentos insuficientes para a subsistência, enquanto uma proporção mais elevada é encontrada entre os casais velhos sem filhos residentes, da ordem de 34% (Tabela 5), revelando a importância dos filhos nesse momento do ciclo vital da família, caracterizado pela velhice do casal. Os filhos adultos representam a principal parcela entre os ocupados (64%) da família, garantindo, junto com a aposentadoria ou o trabalho dos pais, condições de vida mais favoráveis.

A análise dos dados referentes ao ano de 1981, ao mesmo tempo em que foi centrada nos arranjos familiares encontrados nos diferentes momentos da vida familiar, trouxe indicações de como essa conjuntura se refletia no interior das famílias, afetando sua sobrevivência e transformando em desempregados (identificados pela disposição de procurar emprego) muitas mulheres/cônjuges e filhos que, em outras conjunturas, possivelmente permaneceriam apenas como inativos (Tabelas 2, 3 e 4). A condição de desempregado ou de subempregado dos provedores das famílias, aliada à aceleração da perda do poder de compra dos salários em consequência da inflação, com certeza pressionou outros componentes da família em idade ativa para a busca de trabalho, por vezes com sucesso, e por vezes sem sucesso, em decorrência de suas características individuais de sexo, idade e/ou qualificação frente às restrições impostas pelo mercado de trabalho. Como se pode ver na Tabela 3, a maioria destes é composta pela cônjuge e pelos filhos, variando esses percentuais de acordo com os tipos de família. Por outro lado, como mostrou

TABELA 3
Distribuição dos desempregados por posição na família
segundo o tipo de família
RMSP* 1981

TIPO DE FAMÍLIA	POSIÇÃO NA FAMÍLIA (%)					TOTAL
	NÃO-CHEFES					
	CHEFE	TOTAL	CÔNJUGES	FILHOS	PARENTES E NÃO PARENTES	
Casal sem filhos	36,6	63,4	47,8	—	15,6	100,0
Casal de até 34 anos com filhos residentes	18,5	81,5	44,7	27,8	9,1	100,0
Casal de 35 a 49 anos com filhos residentes	8,3	91,7	13,0	69,0	9,8	100,0
Casal de 50 anos e + com filhos residentes	21,4	78,6	6,9	67,8	3,9	100,0
Chefe fem. sem cônjuge	14,9	85,1	—	63,8	21,3	100,0
Chefe masc. sem cônjuge	26,4	73,6	—	17,9	55,7	100,0

Fonte: DIEESE, 1981; CEDEC e DIEESE, 1986.

* Região Metropolitana da Grande São Paulo.

TABELA 4

**Distribuição dos inativos por posição na família
segundo o tipo de família
RMSP 1981**

TIPO DE FAMÍLIA	POSIÇÃO NA FAMÍLIA (%)									TOTAL	
	CHEFE	CÔNJUGE	FILHOS RESIDENTES (SEGUNDO O GRUPO ETÁRIO)				PARENTES E NÃO-PARENTES (SEGUNDO O GRUPO ETÁRIO)				
			TOTAL	10 A 14 ANOS	15 A 17 ANOS	18 ANOS E MAIS	TOTAL	10 A 14 ANOS	15 A 17 ANOS		18 ANOS E MAIS
Casal sem filhos	29,1	58,1	—	—	—	—	12,8	3,8	1,5	7,5	100,0
Casal de até 34 anos com filhos residentes	1,6	63,9	26,8	23,5	3,3	—	7,7	1,1	0,3	6,3	100,0
Casal de 35 a 49 anos com filhos residentes	4,6	31,8	58,5	40,5	13,0	5,0	5,0	0,6	0,2	4,2	100,0
Casal de 50 anos e + com filhos residentes	22,0	44,2	26,4	6,9	6,2	13,3	7,5	2,2	0,3	5,0	100,0
Chefe fem. sem cônjuge	39,3	—	36,7	22,6	5,9	8,2	24,0	1,8	0,6	21,6	100,0
Chefe masc. sem cônjuge	19,8	—	18,0	1,3	2,4	14,3	62,1	9,7	1,1	51,3	100,0
TOTAL	13,1	37,7	38,3	24,6	7,9	5,8	10,9	1,7	0,4	8,8	100,0

Fontes: DIEESE, 1981; CEDEC e DIEESE, 1986.

estudo recente sobre as famílias trabalhadoras na crise (Hirata e Humphrey, 1987) "não existe permutabilidade dos diferentes membros da família no que concerne ao acesso ao emprego", na medida em que a posição no interior da família impõe de diferentes maneiras, principalmente para o homem e a mulher do casal, pressões e limitações no acesso ao emprego. Essa conclusão é importante porque se contrapõe à "...teoria das 'estratégias de sobrevivência' que, ao colocar-se do ponto de vista econômico do salário e da exploração, reconhece a permutabilidade de todos os membros da família visando à 'reprodução da força de trabalho' e, portanto, a entrada indiferenciada no mercado de trabalho. (...) Longe de constituir uma unidade indiferenciada, as famílias trabalhadoras reagem 'enquanto tais', ou seja, com o conjunto de relações existentes em seu seio, à crise e ao desemprego".

Concordando com essas conclusões estão as indicações apresentadas tanto com relação à procura de trabalho pelos diferentes componentes da família, como em relação às possibilidades concretas de inserção destes no mercado de trabalho (e de remuneração), que apontam para o fato de que, além das limitações colocadas pelas representações internas à família, estas se manifestam também no mercado de trabalho, restringindo a participação de menores, jovens, mulheres e velhos. Os critérios seletivos do mercado de trabalho, além dos requisitos da produção, também inscrevem a mulher e os filhos como provedores complementares das famílias, atribuindo-lhes menores remunerações e dispensando-os com maior facilidade do que aos trabalhadores considerados "chefes de família"⁷; reforçam também, por essa via, a concepção de obrigatoriedade do trabalho do chefe como provedor, encontrada na representação das figuras da família (Durham, 1980). Por outro lado, esse conjunto de observações remete às indicações da importância da remuneração do chefe da família, representando quase sempre o maior peso na constituição do orçamento doméstico (Telles, 1986).

Nessa conjuntura de crise, como os dados referentes a 1981 evidenciaram, os filhos jovens, na maioria dos casos e mais especialmente daqueles com menos de 18 anos, estão inseridos em atividades precárias, bem como grande parcela das mulheres-mães (ver Tabelas 8, 9 e 10 ao final). Em consequência disso, mesmo com a participação da mulher e dos filhos no esforço coletivo empreendido pelas famílias em determinados momentos da sua trajetória familiar, dependendo da qualificação do trabalho do chefe, de sua inserção regular ou precária e da sua condição de ocupado ou desempregado, não se consegue, em muitas das situações encontradas, garantir o mínimo necessário para a sobrevivência do grupo doméstico.

ARRANJOS FAMILIARES, RENDIMENTOS E INSTABILIDADE

A explicitação da relação entre momentos do ciclo vital das famílias e condições de precariedade das mesmas constituiu um dos principais resultados obtidos com a utilização dessa tipologia de família e dos cortes de renda adotados enquanto indicadores da condição das famílias em relação à pobreza.

Para identificar e qualificar as situações de pobreza e não pobreza entre as famílias trabalhadoras da Grande São Paulo a partir dos rendimentos familiares, utilizamos como parâmetro o Salário Mínimo Necessário (SMN) proposto pelo DIEESE⁸, que corresponde à remuneração ideal míni-

7 Sobre a "relação de oposição simétrica" nas consequências da crise para a relação de trabalho e emprego de homens e mulheres, ver, além do estudo mencionado, também Hirata e Humphrey (1984).

8 O Salário Mínimo Necessário (SMN) é calculado mensalmente pelo DIEESE a partir de uma cesta de alimentos (Ração Essencial Mínima), estabelecida em 1938, pelo Decreto-Lei 399. Em março de 1981 o valor do SMN era de 27.194 cruzeiros, equivalendo a 4,7 salários mínimos vigentes.

TABELA 5

Distribuição das famílias quanto à condição em relação à pobreza
segundo o tipo de família
RMSP 1981

ANEXO 1991					
TIPO DE FAMÍLIA	CONDIÇÃO EM RELAÇÃO À POBREZA (%)			ACIMA DA CONDIÇÃO DE PRECARIEDADE***	TOTAL
	TOTAL	PRECARIEDADE			
		CONDIÇÃO DE POBREZA*	LIMIAR DE SUBSISTÊNCIA**		
Arranjos menos favoráveis					
Casais de até 34 anos com filhos residentes	70,3	43,4	26,9	29,7	100,0
Casais de 35 a 49 anos com filhos residentes	67,2	38,7	28,5	32,8	100,0
Chefe fem. sem cônjuge	61,3	39,9	21,4	38,7	100,0
Casal de 50 anos e + sem filhos	54,6	33,6	21,0	45,4	100,0
Arranjos mais favoráveis					
Casal de 50 anos e + com filhos	55,7	20,2	35,5	44,3	100,0
Chefe masc. sem cônjuge	45,0	19,8	25,2	55,0	100,0
Casal de até 34 anos sem filhos	43,7	17,9	25,8	56,3	100,0
TOTAL	62,3	35,2	27,1	37,7	100,0

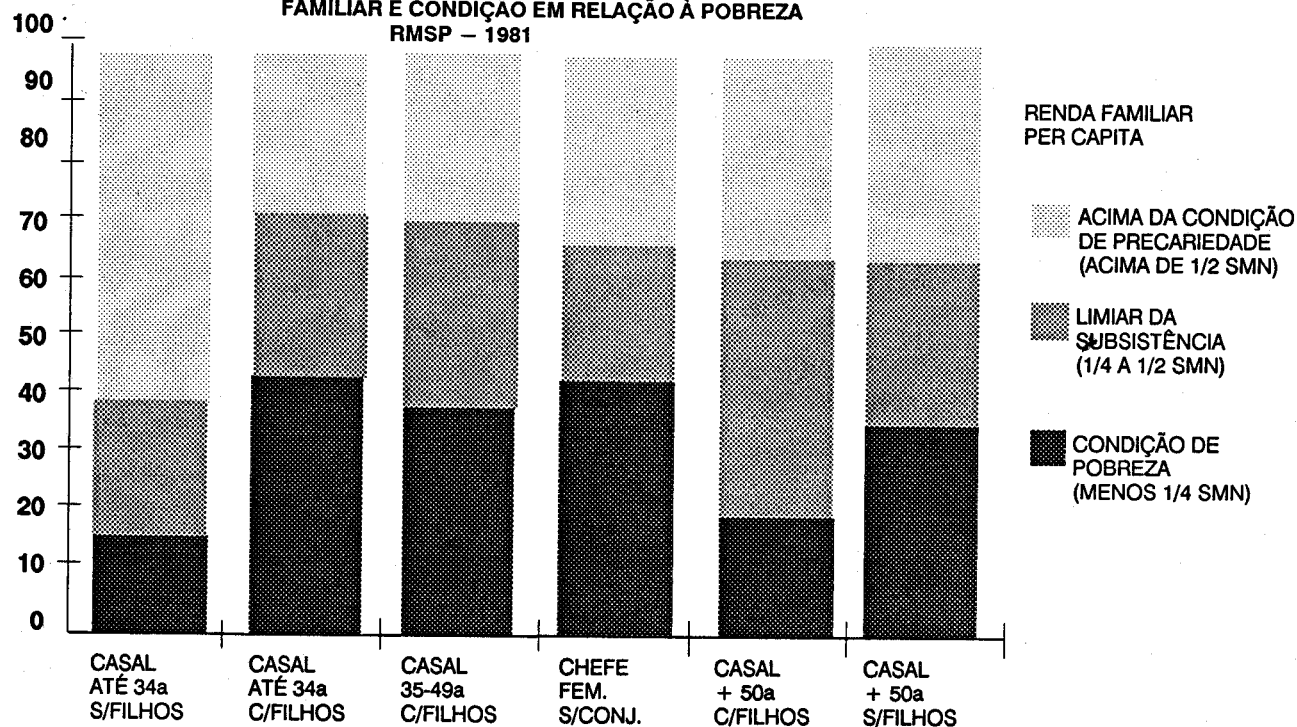
Fonte: DIEESE, 1981.

* Renda Familiar *per capita* de menos de 1/4 do SMN (Salário Mínimo Necessário)

** Renda Familiar *per capita* de 1/4 do SMN a 1/2 SMN

*** Renda Familiar *per capita* acima de 1/2 SMN

(%) GRÁFICO I – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS FAMÍLIAS SEGUNDO MOMENTO DO CICLO FAMILIAR E CONDIÇÃO EM RELAÇÃO À POBREZA
RMSP – 1981



Fonte: Montali, 1986.

ma de um trabalhador, suficiente para a sobrevivência de uma família de dois adultos e duas crianças, portanto um indicador do nível de consumo suficiente em seu patamar mínimo, embora acima do mínimo vital. Assim, a condição das famílias em relação à pobreza foi aqui definida tendo por base os rendimentos familiares e por parâmetro o SMN *per capita*. Foram considerados em condição de pobreza aquelas famílias que dispunham de menos de um quarto do SMN *per capita*; no limiar da subsistência foram consideradas aquelas famílias que dispunham de um quarto a meio SMN *per capita*, significando que se encontram acima do mínimo suficiente, porém sujeitas a cair em pobreza pela instabilidade do emprego ou perda do poder de compra dos salários numa conjuntura inflacionária; ambas as situações, portanto, indicam condição de precariedade (Tabela 5); acima da condição de precariedade estão as famílias com rendimentos *per capita* acima de meio SMN.

A relação entre o momento do ciclo de vida familiar e a condição em relação à pobreza permitiu identificar, no decorrer do ciclo familiar, momentos de maior ou menor vulnerabilidade das famílias à precariedade das condições de vida. Para simplificar a exposição apresentamos o Gráfico 1, que permite visualizar com nitidez uma curva de condição de pobreza e de precariedade, a qual se modifica no decorrer do ciclo de vida da família e cuja explicação reside nos arranjos familiares possíveis – considerando-se aqui tanto as condições objetivas como as simbólicas – efetivados em cada um desses momentos do ciclo familiar.

Através desse gráfico e da Tabela 5 pode-se notar que, no momento inicial da "constituição" do núcleo familiar, caracterizada pelos casais jovens (até 34 anos) sem filhos, apenas 18% deles se encontram em condições de pobreza e 44% em condições de precariedade⁹. Em contraste, no momento seguinte, ainda considerado como etapa da constituição da família, expresso pelo casal com até 34 anos com filhos, observa-se a mais dramática situação de precariedade, quando 43% das famílias se encontram em condições de pobreza. Vale lembrar que, de acordo com o indicador utilizado, estar em condição de pobreza significa não dispor dos rendimentos suficientes para suprir as necessidades básicas. Dentre as famílias jovens com filhos, 70% delas encontram-se em condição de precariedade. Isto significa dizer que, além dos 43% em condição de pobreza, cerca de outros 27% encontram-se em situação que, embora seja mais favorável, traduz o limiar do necessário à subsistência, sendo portanto marcada pela instabilidade.

O momento seguinte do ciclo familiar, identificado pelo casal de 35-49 anos com filhos residentes, reflete condição de pobreza semelhante, porém um pouco atenuada, estando nessa condição 39% destas famílias. Expressa também elevados níveis de precariedade vivenciados por 67% delas, na medida em que, além desses 39% em condição de pobreza, 28% encontram-se no limiar da subsistência, nessa etapa do ciclo. As famílias com chefia feminina apresentam níveis de precariedade próximos a estes, estando 40% delas em condição de pobreza e 55% em condições de precariedade, quando considerados os 21% delas no limiar da subsistência.

O momento da "velhice" da família marca duas situações distintas em relação à condição de pobreza. Os casais com 50 anos ou mais, quando com a presença de filhos residentes, experimentam uma condição mais favorável, mencionada acima, estando apenas 20% destas famílias em condição de pobreza. Os casais nessa faixa de idade

sem a presença de filhos residentes revelam com mais crieza a vulnerabilidade da velhice, evidenciando maiores proporções de famílias em condição de pobreza, com 34% delas dispondo de rendimentos insuficientes para a sobrevivência. Em ambas as situações, entretanto, cerca de 55% das famílias nesse momento do ciclo familiar encontram-se em condições de precariedade.

As observações apresentadas, tendo como referência a abordagem desenvolvida, trazem elementos importantes para evidenciar como uma situação de crise econômica atinge mais duramente alguns segmentos da população.

A maior vulnerabilidade às oscilações do mercado de trabalho e à queda do valor real dos salários é sentida principalmente por aquelas famílias nas quais os arranjos possíveis são menos favoráveis para garantir a sobrevivência e para superar o patamar de pobreza. Mesmo não entrando no detalhe da inserção produtiva de seus componentes em idade ativa, mas considerando sua condição de atividade (se ocupado, desempregado ou inativo) e sua inserção em atividades regulares ou precárias, foi possível apreender de que maneiras, nos diferentes momentos do ciclo de vida familiar, estão associados a inserção dos membros da família no mercado de trabalho, os arranjos familiares de inserção possíveis e os níveis de precariedade de vida expressos pelos rendimentos familiares. Dessa maneira, os tipos de família que indicam maiores dificuldades em articular arranjos mais favoráveis para sua sobrevivência numa situação de crise econômica são principalmente aqueles caracterizados pelo casal jovem (até 34 anos) com filhos, o casal entre 35 e 49 anos com filhos e famílias com chefia feminina sem a presença de cônjuge. Nessa condição incluem-se, portanto, famílias com composição e características distintas, enfrentando a precariedade e a instabilidade com arranjos também distintos e sendo vulneráveis à instabilidade por motivos específicos.

Estas compõem a maioria das famílias residentes na Grande São Paulo, ou seja, 68% das famílias, e nelas vivem cerca de 72% das pessoas da Região Metropolitana.

A vulnerabilidade destas famílias frente à crise reside, em primeiro lugar, e de forma comum a esses três tipos de família, na razão de dependência elevada. No caso das famílias jovens com filhos, além disso, sua vulnerabilidade específica advém do fato de a sobrevivência depender dos rendimentos do trabalho de apenas um componente da família, o chefe. Assim, o desemprego dessa pessoa ou mesmo sua inserção em trabalho precário é um acontecimento decisivo para a deterioração das condições de vida das famílias que apresentam esse arranjo. No caso dos casais de 35 a 49 anos com filhos, os arranjos familiares se caracterizam pelo esforço coletivo, em que os filhos são uma parcela importante da força de trabalho familiar, ao lado do chefe, com pequena participação da mulher-mãe. A vulnerabilidade destas famílias reside, por um lado, no tamanho das mesmas (de 5,5 pessoas em média) e na elevada razão de dependência (da ordem de 3,0 pessoas por ocupado), indicando o pesado encargo dos ocupados destas famílias. Advém, por outro lado, da inserção de grande parte dos

9 Foram aqui consideradas em "condições de pobreza" as famílias que dispunham de renda, familiar *per capita*, inferior a 1/4 do SMN; no "limiar da subsistência", as famílias que dispunham de renda familiar *per capita* de 1/4 a 1/2 SMN; ambas as situações configuram a "condição de precariedade"; "acima da condição de precariedade" estão as famílias com renda familiar *per capita* superior a 1/2 SMN.

filhos, especialmente os menores de 18 anos, em trabalhos precários (Tabelas 8, 9 e 10). Dessa maneira, apesar da participação dos filhos na força de trabalho, sua remuneração, principalmente quando subempregados, é baixa. Numa conjuntura de crise, momento em que estes encontram maiores dificuldades para conseguir trabalho, o desemprego do chefe ou a inserção do mesmo em trabalho precário pode levar a família para a condição de pobreza. Vivem em famílias deste tipo, e sujeitas a essa forma de instabilidade, cerca de 37% das pessoas que residem na Grande São Paulo.

A terceira situação familiar onde os arranjos possíveis não são favoráveis à superação do patamar de pobreza é configurada pela família com chefia feminina sem presença de cônjuge. Nestas famílias, compostas pelo chefe feminino, em grande parte com mais de 35 anos, por filhos e parentes adolescentes e maiores de 18 anos, os arranjos familiares têm também a característica do esforço coletivo. No entanto, o trabalho precário, que marca a maior parte das mulheres-mães com atividade remunerada, bem como o trabalho precário dos filhos e parentes adolescentes (Tabelas 9 e 10) e, ainda, as dificuldades sentidas por grande parte destes em obter emprego, marcam nesta conjuntura de crise 40% destas famílias, impedindo-as de superar o patamar de precariedade em suas condições de vida.

Não fosse também por outros motivos, simplesmente o peso desses três tipos de família na população desta região (68%) já as indicaria como foco importante para um estudo mais aprofundado das questões relativas à pobreza e possíveis políticas de apoio, especialmente durante os momentos de crise econômica. No entanto, a gravidade dessa situação se agudiza pelo fato de se concentrarem nessas famílias a maioria das crianças menores de 10 anos, bem como dos jovens de até 18 anos, que demandam recursos para seu adequado desenvolvimento ¹⁰.

Para finalizar, uma conclusão de natureza distinta, referindo-se à utilização da abordagem dos arranjos familiares possíveis nos distintos momentos do ciclo de vida, para a análise das condições de vida das famílias trabalhadoras.

Essa abordagem, por um lado, permite pensar como se dá, no interior das famílias trabalhadoras em situações heterogêneas, o enfrentamento das condições objetivas de existência, sugerindo caminhos a serem percorridos na análise dos modos de vida, análise que, sem dúvida, deverá incorporar as especificidades apontadas pela condição de classe vivenciada pelas famílias. Nesse sentido, a posição de cada elemento na família (pai, mãe, filhos), perpassada pelas disposições culturais e de classe que a qualificam e orientam, redefine sua inserção no mercado de trabalho e define os arranjos familiares possíveis em cada momento da vida familiar.

Por esses motivos, essa abordagem recoloca em outros termos a questão do emprego e do desemprego. Tais situações deixam de ser percebidas como situações individuais, para serem contextualizadas no interior da família. Assim, no caso do desempregado, por exemplo, dependendo de sua posição na família, bem como do momento do ciclo de vida familiar em que ela esteja e dos arranjos que possa articular, serão diferentes tanto as pressões sofridas pelo desempregado para buscar um novo trabalho, como serão também diferentes os efeitos e a gravidade que o desemprego assume no interior da família.

10 Confluindo para as indicações encontradas, estudo recente realizado sobre a Região Metropolitana de São Paulo (Fundação SEADE, 1988) utilizando basicamente dados do Censo 1980, evidencia a concentração de crianças e jovens de menos de 20 anos em famílias de baixos rendimentos, caracterizadas por renda familiar inferior a 5 salários mínimos vigentes e inferior a 1 salário mínimo *per capita*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BILAC, E.D. *Família e trabalho feminino: a ideologia e as práticas familiares de um grupo de "trabalhadores manuais" de uma cidade do interior paulista*. São Paulo, 1983. Tese (doutor.) FFLCH/USP.
- BILAC, E.D. & MONTALI, L. Família e força de trabalho. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 4. Águas de São Pedro, 1984. *Anais...*, São Paulo, ABEP, 1984.
- BRUSCHINI, C. *Estrutura familiar e vida cotidiana na cidade de São Paulo*. São Paulo, 1986. Tese (doutor.) FFLCH/USP.
- BRUSCHINI, C. & MADEIRA, F. A família, a estrutura social e as formas de participação na produção social. *Cadernos CERU*. São Paulo, Centro de Estudos Rurais e Urbanos, (18):147-86, maio 1983.
- CEDEC - Centro de Estudos de Desenvolvimento Econômico & DIEESE - Depto. Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos. *Projeto modo e condição de vida: uma análise das desigualdades sociais na Região Metropolitana de São Paulo*; relatório ao IDRC. São Paulo, CEDEC & DIEESE, 1986.
- DIEESE. *Pesquisa padrão de vida, emprego e condição de moradia*: relatório. São Paulo, 1981.
- DURHAM, E. A família operária: consciência e ideologia. *Dados*. Rio de Janeiro, IUPERJ, 23(2):201-11, 1980.
- FUNDAÇÃO SEADE. *O jovem na Grande São Paulo*. São Paulo, SEADE, 1988. (Coleção Realidade Paulista)
- HIRATA, H. & HUMPHREY, J. Crise économique et emploi des femmes. *Sociologie du travail*. Paris, Dunod, mars 1984.
- . *Familles ouvrières face à la crise: une enquête dans les quartiers ouvriers de São Paulo*. *Les Temps Modernes*. Paris, (491):103-20, juin 1987.
- LOBO, E.S. Trabalhadoras e trabalhadores: o dia-a-dia das representações. São Paulo, 1989. mimeo. [Seminário Políticas de Gestão, Relações de Trabalho e Produção Simbólica-USP].
- LOPES, J.S.L. (org.). *Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. São Paulo, Marco Zero, 1987.
- LOPES, J.S.L. & SILVA, L.A.M. Estratégias de trabalho, formas de dominação na produção e subordinação doméstica de trabalhadoras urbanas. In: ———. (orgs.). *Mudança social no Nordeste*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- MACEDO, C.C. *A reprodução da desigualdade: o projeto de vida de um grupo operário*. 2.ed. São Paulo, Vértice, 1985.
- MONTALI, L. Arranjos familiares e rendimentos. In: CEDEC & DIEESE. *Projeto modo e condição de vida: uma análise das desigualdades sociais na Região Metropolitana de São Paulo*; relatório apresentado ao IDRC. São Paulo, 1986. Cap.V.
- . *Famílias trabalhadoras: os limites da pobreza na Grande São Paulo*. São Paulo, no prelo.
- MONTALI, L. & TELLES, V.S. Família e modo de vida nas classes trabalhadoras de São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 5. Águas de São Pedro, 1986. *Anais...*, São Paulo, ABEP, 1986.
- OLIVEIRA, J.S. Família favelada: trabalho e rendimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 4. Águas de São Pedro, 1984. *Anais...*, São Paulo, ABEP, 1984. p. 360.
- . *A reposição do suor*. Rio de Janeiro, 1980. Dissert. (mestr.) Museu Nacional/UFRJ.
- OLIVEIRA, M.C.F.A. Algumas notas sobre o ciclo vital como perspectiva de análise. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2. Águas de São Pedro, 1982. *Anais...*, São Paulo, ABEP, 1982.
- PASTORE, J. et al. *Mudança social e pobreza no Brasil: 1970-1980: o que ocorreu com a família brasileira*. São Paulo, Pioneira, 1983.
- SILVA, L.A.M. Estratégias de vida e jornada de trabalho. In: ———. (org.). *Condições de vida das camadas populares*. Rio de Janeiro, Zahar, 1984.
- TELES, V.S. A família e seus personagens. In: CEDEC & DIEESE. *Projeto modo e condição de vida: uma análise das desigualdades sociais na Região Metropolitana de São Paulo*. São Paulo, 1986a. Cap. VI.
- . Conclusão. In: CEDEC & DIEESE. *Projeto modo e condição de vida: uma análise das desigualdades sociais na Região Metropolitana de São Paulo*. São Paulo, 1986b.

TABELA 6

Distribuição da PIA* por condição de ocupação segundo o tipo de família
RMSP 1981

TIPOS DE FAMÍLIA	%	PESSOAS DE 10 ANOS E + (%)			TOTAL
		OCUPADOS	DESEMPREGADOS	INATIVOS	
Casal sem filhos	8,6	50,8	5,1	44,1	100,0
Casal de até 34 anos com filhos residentes	19,0	51,5	8,8	39,7	100,0
Casal de 35 a 49 anos com filhos residentes	38,3	47,8	9,8	42,4	100,0
Casal de 50 anos e + com filhos residentes	15,5	51,5	8,0	40,6	100,0
Chefe fem. sem cônjuge	11,0	51,2	14,2	34,5	100,0
Chefe masc. sem cônjuge	5,4	58,1	10,0	31,9	100,0

Fonte: DIEESE, 1981.

* PIA — População em Idade Ativa (10 anos e mais).

TABELA 7

Distribuição de pessoas de 10 anos e mais que trabalham quanto à regularidade do trabalho segundo o tipo de família
RMSP 1981

TIPOS DE FAMÍLIA	%	PESSOAS DE 10 ANOS E MAIS QUE TRABALHAM (%)			TOTAL
		TRAB. REGULAR	TRAB. PRECÁRIO (SUB-EMPREG.)	TRAB. PRECÁRIO OCASIONAL	
Casal sem filhos	8,6	82,3	14,1	3,7	100,0
Casal de até 34 anos com filhos residentes	18,2	87,7	9,0	3,3	100,0
Casal de 35 a 49 anos com filhos residentes	36,5	80,7	14,2	5,1	100,0
Casal de 50 anos e + com filhos residentes	16,0	81,5	13,0	5,4	100,0
Chefe fem. sem cônjuge	11,5	80,3	12,8	6,9	100,0
Chefe masc. sem cônjuge	6,2	87,3	8,5	4,2	100,0

Fonte: DIEESE, 1981.

TABELA 8

Distribuição das pessoas de 10 anos e mais que têm trabalho regular por posição na família, segundo o tipo de família
RMSP 1981

PESSOAS DE 10 ANOS E MAIS COM TRABALHO REGULAR POSIÇÃO NA FAMÍLIA (%)										
TIPOS DE FAMÍLIA	%	CHEFE	CÔNJUGE	FILHOS RESIDENTES			PARENTES E NÃO-PARENTES			TOTAL
				10-14a	15-17a	18a e +	10-14a	15-17a	18a e +	
Casal sem filhos	8,6	61,2	29,0	—	—	—	0,0	0,7	9,1	100,0
Casal de até 34 anos com filhos residentes	19,3	76,3	13,5	1,0	0,6	0,8	0,0	0,6	7,3	100,0
Casal de 35 a 49 anos com filhos residentes	35,7	44,6	11,2	1,0	9,9	28,4	0,0	0,3	4,6	100,0
Casal de 50 anos e + com filhos residentes	15,8	23,5	5,2	0,2	4,0	60,9	0,1	0,1	5,8	100,0
Chefe fem. sem cônjuge	11,2	37,1	—	0,1	7,2	33,8	0,0	0,4	21,4	100,0
Chefe masc. sem cônjuge	6,6	42,7	—	0,0	1,4	6,7	0,0	2,2	47,0	100,0

Fonte: DIEESE, 1981.

TABELA 9

Distribuição das pessoas de 10 anos e mais subempregadas por posição na família,
segundo o tipo de família
RMSP 1981

PESSOAS DE 10 ANOS E MAIS SUBEMPREGADAS (TRAB.PRECÁRIO)										
TIPOS DE FAMÍLIA	%	POSIÇÃO NA FAMÍLIA (%)								TOTAL
		CHEFE	CÔNJUGE	FILHOS RESIDENTES			PARENTES E NÃO-PARENTES			
				10-14a	15-17a	18a e +	10-14a	15-17a	18a e +	
Casal sem filhos	9,5	36,7	44,3	—	—	—	1,5	3,8	13,2	100,0
Casal de até 34 anos com filhos residentes	12,9	14,0	62,7	0,0	1,1	0,0	0,8	0,8	20,7	100,0
Casal de 35 a 49 anos com filhos residentes	40,9	12,0	34,1	7,7	22,9	16,2	0,0	1,1	6,0	100,0
Casal de 50 anos e + com filhos residentes	16,4	17,5	21,3	3,9	12,4	30,5	0,0	1,8	12,7	100,0
Chefe fem. sem cônjuge	11,5	38,1	—	2,0	12,5	12,3	4,9	0,9	29,3	100,0
Chefe masc. sem cônjuge	4,1	22,7	—	0,0	0,0	5,5	15,7	6,4	49,7	100,0

Fonte: DIEESE, 1981.

TABELA 10

Distribuição das pessoas de 10 anos e mais com trabalho precário ocasional por posição na família, segundo o tipo de família
RMSP 1981

		PESSOAS DE 10 ANOS E MAIS COM TRABALHO PRECÁRIO OCASIONAL							
TIPOS DE FAMÍLIA	%	POSIÇÃO NA FAMÍLIA (%)							TOTAL
		CHEFE	CÔNJUGE	FILHOS RESIDENTES			PARENTES E NÃO-PARENTES		
				10-14a	15-17a	18a e +	10-14a	18a e +	
Casal sem filhos	6,5	51,0	44,3	—	—	—	0,0	4,7	100,0
Casal de até 34 anos com filhos residentes	12,4	12,9	53,6	16,5	0,0	0,0	0,0	16,9	100,0
Casal de 35 a 49 anos com filhos residentes	38,6	12,6	41,0	28,6	7,5	5,9	1,6	2,9	100,0
Casal de 50 anos e + com filhos residentes	18,0	33,3	31,6	3,3	0,0	26,8	1,5	3,3	100,0
Chefe fem. sem cônjuge	16,4	51,7	—	16,4	1,6	7,7	1,9	20,8	100,0
Chefe masc. sem cônjuge	5,4	17,9	—	0,0	11,2	0,0	5,0	65,9	100,0

Fonte: DIEESE, 1981.